



Índice

- 01** Pais indígenas do Vale do Javari (AM) negam infanticídio
- 02** Na Colômbia, indígena é dispensado de serviço militar
- 03** Títulos de propriedade incidentes sobre Terra Indígena Yvy Katu são nulos
- 04** Justiça anula títulos de propriedades de terras indígenas em Japorã
- 05** Quilombolas, índios e ciganos farão reunião no Sertão
- 06** Termina prazo para que Indígenas da Aldeia Maracanã deixem o local
- 07** Lideranças denunciam que índios passam fome no Norte de MT
- 08** “Golpe de estado” entre os índios
- 09** Museu da UFRGS terá lançamento de livro sobre musicalidades quilombolas
- 10** Lideranças quilombola visitam Marun para viabilizar parcerias
- 11** Abertura do Pré-Vestibular Quilombola acontece nessa quinta, 21
- 12** Comunidade quilombola de São Miguel recebe patrulha mecanizada na sexta-feira
- 13** Cursos de qualificação rural chegam aos ribeirinhos



Pais indígenas do Vale do Javari (AM) negam infanticídio

SÍTIO UOL, 20.03.2013

Há pouco mais de uma semana, o casal indígena Tumi Machopa Matis, 25, e Tekpam Kana Matis, 22, voltou para Atalaia do Norte (a 1.138 quilômetros de Manaus), depois de cinco meses na capital amazonense acompanhando o tratamento do filho de cinco meses, Benin Ralikan Matis.

Em Manaus, os dois passaram de pais zelosos a suspeitos de provocar, deliberadamente, lesões na criança. A mãe foi afastada pelos assistentes sociais da Casa de Apoio à Saúde do Índio (Casai) de Manaus, onde os dois estavam alojados, por recomendação da equipe que fazia o tratamento da criança e o caso foi parar na Polícia Federal a pedido da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Tudo começou quando, no mês passado, a equipe de saúde do Instituto da Criança do Amazonas (Icam) suspeitou que Tekpam, a mãe da criança, estava tentando praticar infanticídio no filho.

Um relatório elaborado pela equipe médica chegou a tratar a mãe como "dissimulada", embora não explique em que paradigmas e conceitos culturais e antropólogos a afirmação se baseou. O caso continua sob investigação da PF. O menino permanece no ICAM.



Boletim de Notícias - Edição nº 050 / 2013

Brasília, 21 de março de 2013.

Na Colômbia, indígena é dispensado de serviço militar

SÍTIO TERRA, 20.03.2013

Em defesa do direito fundamental à identidade cultural, a Corte Constitucional da Colômbia decidiu que aqueles que possuam a condição de indígena são dispensados de prestar o serviço militar obrigatório.

Nos casos em que for alegada a condição indígena após o recrutamento, são necessários apenas dois requisitos para que seja dada baixa ao soldado: a manifestação do desejo de se retirar e a crença em sua condição indígena.

A corte ressaltou porém que o Exército pode aceitar a inclusão de um jovem indígena para o serviço militar, desde que ele decida de maneira voluntária, livre e autônoma.

No entendimento da corte, o desrespeito à liberdade de servir ou não ao serviço militar constitui uma violação ao direito fundamental à identidade cultural. Com informações da Assessoria de Imprensa do Supremo Tribunal Federal.



Títulos de propriedade incidentes sobre Terra Indígena Yvy Katu são nulos
SÍTIO MPF, 20.03.2013

“São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, domínio e posse das terras indígenas”. “A desocupação da região pelos indígenas se deu em razão da pressão por não índios, inclusive na forma de ameaças”. Os trechos foram retirados de sentença judicial que atestou a validade do processo demarcatório da Terra Indígena Yvy Katu, em Japorã (MS). A Agropecuária Pedra Branca, dona de títulos de propriedade na área, queria anular a demarcação alegando que os indígenas deixaram espontaneamente a região no começo do século XX.

A Justiça seguiu os argumentos do Ministério Público Federal e considerou improcedente o pedido, revogando liminar anterior que suspendia a demarcação da TI Yvy Katu. Perícia judicial, solicitada pelo MPF, comprovou que os indígenas habitavam a área durante a colonização da região, sendo expulsos a partir de 1928 e confinados na reserva de Porto Lindo, no município de Amambai.

O relatório pericial afirma que “é possível dizer que houve uma série de atitudes equivocadas por parte do Estado brasileiro e por parte do antigo estado de Mato Grosso, que desapropriaram, venderam e titularam terras na região, desconsiderando a existência de ocupação tradicional indígena”.



Justiça anula títulos de propriedades de terras indígenas em Japorã

SÍTIO CAMPOGRANDENEWS, 20.03.2013

A Justiça Federal anulou e extinguiu os títulos de propriedades da Agropecuária Pedra Branca, na área indígena Yvy Katu, em Japorã, tornando sem efeitos jurídicos qualquer posse privada destas terras.

Conforme a decisão, a desocupação da região pelos indígenas se deu em razão da pressão por não índios, inclusive na forma de ameaças, sendo assim atestada a sentença judicial que atesta a validade da demarcação da terra indígena.

A empresa queria anular o processo de demarcação alegando que os indígenas saíram da região espontaneamente, no começo do século XX, mas uma perícia judicial concluiu que os indígenas habitavam a área durante a colonização da região, sendo expulsos a partir de 1928 e confinados na reserva de Porto Lindo, no município de Amambai.

O processo demarcatório da Terra Indígena Yvy Katu começou em 1984, e foi interrompida em algumas situações por causa de recursos judiciais. Somente em 2005 foi declarada a posse da área aos indígenas. Fisicamente, a demarcação já foi realizada, mas ainda resta homologação da Presidência da República.

Totalizando 9.494 hectares, atualmente a área está apenas 10% ocupada por 309 indígenas por causa de uma decisão judicial. O Ministério Público Federal (MPF) também entrou com ação contra Funai (Fundação Nacional do Índio) e União pedindo indenização por danos morais e materiais sofridos na expulsão do território.

O valor pedido, de R\$ 86 milhões, é a soma do valor anual do arrendamento da área, desde 1928, quando começou a expulsão, até 2012. Com juros, o valor chega a R\$ 43 milhões, a mesma quantia pedida para cobrir os danos morais dos indígenas.



Quilombolas, índios e ciganos farão reunião no Sertão

SÍTIO LEIAJA, 20.03.2013

O I Encontro Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais terá início nesta quinta-feira (21) e será realizado na Aldeia Carrapateiras, na região de Itaparica (Sertão), município de Jatobá. O acontecimento reunirá representantes – quilombolas, índios, ciganos, pescadores artesanais e integrantes de religião matriz africana – e membros de vários setores governamentais do Estado, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Ministério Público Estadual.

Para a coordenadora da iniciativa e gestora da Secretaria de Meio Ambiente, Bernadete Lopes, o encontro é um marco histórico. “Considerando que pela primeira vez o governo chega até essas comunidades para debater conjuntamente com eles os interesses e necessidades vigentes”.

A reunião, que teria apenas 100 pessoas, teve uma grande repercussão e chegou a outras regiões do Estado dobrando o número de participantes. A programação conta, ainda, com apresentações de manifestações culturais típicas.

Uma das grandes expectativas da ação é a escolha, no final, de uma comissão representativa das comunidades que fará, de forma permanente, a interface com o Governo do Estado.



Termina prazo para que Indígenas da Aldeia Maracanã deixem o local
SÍTIO AGENCIÁRIO, 20.03.2013

Terminou nesta quarta-feira (20) o prazo dado pela Justiça Federal para que os indígenas que ocupam o prédio do antigo Museu do Índio deixem o local. Apesar da proximidade do fim do prazo, o clima entre os indígenas da Aldeia Maracanã é de tranquilidade. Em um ambiente pacífico, os índios prometem realizar um ato cultural que deve se estender até a chegada dos policiais e representantes do governo do estado.

Segundo um dos integrantes da Aldeia Maracanã, Afonso Apurinã os indígenas não pretendem deixar o local.

"Como nós já falamos e voltamos a dizer, nós não pretendemos ter nenhum tipo de confronto com as autoridades, mais nós não vamos sair do nosso lar. Vamos resistir e realizar um grande ato cultural para mostrar ao Estado que nossas culturas e valores merecem ser respeitados", disse.

Na portão de entrada do museu, os índios montaram uma barricada que bloqueia o acesso ao local, além de estenderem várias faixas de protesto ao longo do muro, onde alguns indígenas ficam de prontidão observando a movimentação no entorno do local e do trânsito.

Na última sexta-feira (15), a Justiça Federal determinou um prazo de 72 horas para os índios saírem do local, que se esgotaria na última segunda-feira (18). No entanto, na interpretação do juiz da 8ª Vara Federal, Renato Cesar Pessanha, esse prazo começou a ser contado na segunda (18), primeiro dia útil após a determinação de despejo.



Lideranças denunciam que índios passam fome no Norte de MT

SÍTIO ODOCUMENTO, 20.03.2013

Falta de apoio para indígenas de nove etnias motivou a vinda de lideranças de Gaúcha do Norte (520 km de Cuiabá) para se reunirem com o deputado estadual Airtton Português (PSD), na manhã desta quarta-feira (20). A reivindicação é para reforma e manutenção de um imóvel para onde índios são encaminhados quando chegam à busca de tratamento de doenças ou outras atividades.

A vereadora Maria Ivone Morena (PSD), o zootecnista Sidnei Bueno de Miranda e assessor parlamentar Flavio Ferreira da Silva garantem que indígenas passam necessidade quando chegam à busca de tratamento e até se cadastrarem em programas de inclusão social, do governo federal.

Segundo Miranda, o espaço destinado à permanência dos índios em Gaúcha é um imóvel alugado pela prefeitura, mas está totalmente deteriorado e sem qualquer condição de abrigar os indígenas. Conforme o zootecnista, os índios também ficam sem alimentação.

Para reduzir o sofrimento de indígenas, a vereadora teve a ideia de utilizar a Lei do ICMS Ecológico, que destina parte dos impostos recolhidos para aplicação em benefício de indígenas, cujas reservas cheguem a 30% da área dos municípios.

Gaúcha do Norte, segundo a vereadora, chega a cerca de 50% de sua área destinada para indígenas das nações Kamayurá; Waurá; Yawalapati; Nafokuá; Meinako; Aweti; Kuikuru; Kalapalo e Matipu, onde está cerca de 3 mil índios.

De acordo com a vereadora, a Prefeitura de Gaúcha tem à disposição cerca de R\$ 200 mil para aplicação em favor dos indígenas, mas ela desconhece os motivos pelos quais o Executivo não utiliza o benefício.

Para efetivar essa parceria, os três buscam mais informações sobre a Lei do ICMS Ecológico e a forma de como destinar recursos para amparo de indígenas.

Segundo Flávio Ferreira da Silva, os custos para manutenção da casa de apoio chegam a R\$ 4 mil por mês, que serão gastos com compra de alimentos e despesas de energia, água, entre outros. A reforma do imóvel é que mais preocupa os representantes é a reforma do imóvel, cujo valor ainda não foi levantado.



"Golpe de estado" entre os índios

SÍTIO LANCENET, 20.03.2013

Agora é que a coisa desandou. Nem os índios mais estão se entendendo.

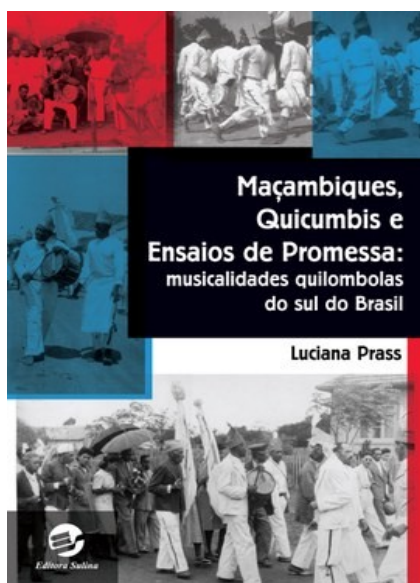
Após aprovarem democraticamente um documento para selar um acordo com o governo estadual, na noite de ontem, um "golpe de estado" derrubou o líder indígena das negociações, conhecido por cacique Tukano.

Tukano era o líder do movimento das etnias que dizem habitar o prédio do antigo ex-Museu do Índio, no entorno do Maracanã. Inconformado com a decisão democraticamente tomada, a minoria liderada por uma das etnias disse simplesmente que: "se o Tukano aqui voltar, vai entrar na porrada. Ninguém vai sair".

O prazo judicial para a desocupação terminou à meia-noite desta quarta-feira.

Museu da UFRGS terá lançamento de livro sobre musicalidades quilombolas

SÍTIO UFRGS, 20.03.2013



O livro "Maçambiques, Quicumbis e Ensaio de Promessa: musicalidades quilombolas do sul do Brasil", de Luciana Prass, será lançado neste sábado, em sessão especial realizada no Museu da UFRGS. A atividade, aberta ao público, acontece às 11 horas e terá a participação do Grupo Maçambique de Osório, coordenado pelo chefe Faustino Antônio.

O livro é fruto de pesquisa etnomusicológica desenvolvida entre 2006 e 2009 em três comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul. Por meio do convívio etnográfico com chefes, dançantes, tamboreiros e demais integrantes das mais diversas práticas musicais, Luciana procurou problematizar o lugar da música na agenda identitária contemporânea desses grupos que lutam por terem seus direitos reconhecidos. Articulando dados construídos em campo e documentos históricos, folclóricos e antropológicos, foi possível encontrar indícios de uma rede de Congadas no RS, existente desde o século XIX, sendo o Maçambique de Osório um dos marcos mais visíveis dessa rede.

Publicado pela Editora Sulina, o livro é uma versão modificada da tese de doutorado de Luciana Prass, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Música da UFRGS e que recebeu o Prêmio Funarte de Produção Crítica em Música 2012. Mais dados sobre o livro podem ser encontrados no blog <http://macambiquesquicumbisenaiosdepromessa.wordpress.com>.

Professora do Departamento de Música, Luciana Prass é bacharel em Violão, mestre em Educação Musical e doutora em Etnomusicologia. Integra o Grupo de Estudos Musicais (GEM) desde 1993.



Lideranças quilombola visitam Marun para viabilizar parcerias

SÍTIO IMPACTONEWS, 20.03.2013

Na manhã do dia 18, o Secretário de Estado de Habitação e das Cidades, Carlos Marun se reuniu com a Secretária Municipal de Cultura de Jaraguari, Luciene Prado dos Santos juntamente com a Presidenta da Associação de Pequenos Produtores Rurais das Furnas do Dionísio, Maria Aparecida Martins; o Presidente do Instituto Casa da Cultura Afro-Brasileira (ICCAB) e Secretário Geral da Coordenação Estadual da Comunidade Negra Rural e Quilombola de MS (Conerq), Antônio Borges dos Santos e o empreiteiro, Wandegleison da Silva.

Em pauta conversaram sobre os projetos habitacionais implantados no Município. "Existe uma previsão para a entrega de 51 unidades habitacionais na Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio, bem como a possibilidade de construção para mais 30 moradias na mesma Comunidade", informou Maria.

Na oportunidade, viabilizaram a construção de 100 casas quilombolas para cinco comunidades, sendo elas Furnas do Dionísio (Jaraguari), Chácara Buriti (Campo Grande), Comunidade Os Pretos (Terenos), Furnas da Boa Sorte (Corguinho) e Ourolândia (Rio Negro). "Vamos pleitear a parceria do Governo do Estado e da União para construirmos essas casas através do Programa Nacional de Habitação Rural", disse Borges.

Segundo Marun, em Mato Grosso do Sul mais de 10 comunidades Quilombolas foram atendidas com a moradia digna, fruto da parceria entre os governos Federal, Estadual e Municipal que garantiu a construção de 150 casas quilombolas.



Abertura do Pré-Vestibular Quilombola acontece nessa quinta, 21

SÍTIO SMDS, 20.03.2013

A abertura oficial do ano letivo do Pré-Vestibular Quilombola de Vitória da Conquista acontecerá nessa quinta-feira, 21, às 8h30, na Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente, situada na Praça Tancredo Neves, nº116, centro. Na ocasião, será ministrada uma palestra com o tema "A Universidade Pública e o Negro", a ser ministrada pela professora Dra. Raquel Souza, da Universidade Federal da Bahia.

A atividade faz parte da programação que pretende estabelecer maior interação entre os alunos do projeto e terá continuidade na sexta-feira, 22, com exibição de filme, seguido de uma aula de redação com a professora Évila Carrera.

O curso – O Pré-Vestibular Quilombola é uma das ações que integra a Política de Promoção da Igualdade Racial, desenvolvida pela Prefeitura de Vitória da Conquista. Desde 2009, o curso já conseguiu promover a aprovação de mais de 130 quilombolas – alunos, ex-alunos e pré-vestibulandos mobilizados – em instituições como Uesb, Uefs e Ufba.



Comunidade quilombola de São Miguel recebe patrulha mecanizada na sexta-feira
SÍTIO TERRA, 20.03.2013

O governador André Puccinelli, no mês de dezembro, fez a entrega de 107 patrulhas mecanizadas beneficiando assentamentos e também quatro comunidades negras de Mato Grosso do Sul. Uma das comunidades beneficiadas com o maquinário foram os quilombolas da Colônia São Miguel, localizada no município de Maracaju, onde na próxima sexta-feira (22), às 10 horas, ocorrerá a entrega definitiva da nova patrulha mecanizada, do convênio com governo do Estado.

Durante a solenidade também haverá uma apresentação, pela comunidade negra, do trabalho "Produto da Terra", com a mostra de produtos que foram produzidos nas terras dos quilombolas. Uma realização da Associação da Comunidade Negra Remanescentes de Quilombos São Miguel (Anerqsam), o Instituto Casa da Cultura Afro-Brasileira (Iccab) e a Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Mato Grosso do Sul (Conerq/MS), com o apoio do governo estadual.

A coordenadora Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (Cppir/MS), Raimunda Luzia de Brito, informa que atualmente totalizam 21 comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul, que foram reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. Segundo ela, o governo do Estado tem se sensibilizado e apoiado os programas e projetos voltados para as comunidades negras, como entregas de casas e de patrulhas mecanizadas.



Cursos de qualificação rural chegam aos ribeirinhos

SÍTIO SBA1, 20.03.2013

Os cursos de qualificação rural realizados em parceria pelo Sindicato Rural de Corumbá, prefeitura e Senar (Serviço nacional de Aprendizagem Rural) foram iniciados em março estão envolvendo pequenos produtores dos assentamentos e comunidades dos distritos e áreas ribeirinhas.

Tem por objetivo contribuir para a melhoria da gestão da propriedade rural, cooperando para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida das famílias rurais, visando o fortalecimento do pequeno agronegócio brasileiro e também formação de mão-de-obra em comunidades urbanas vulneráveis.

Em março já foram realizados quatro cursos – o quinto começa na próxima semana, no distrito de Albuquerque - e no mês de abril estão previstos mais oito. Até o final do ano a programação prevê um total de 68 cursos para pequenos produtores e famílias de baixa renda assistidas por programas sociais.